

PARA ENTENDER A CRISE URBANA¹

ERMÍNIA MARICATO²

Sempre me soa irônico dizer que eu sou autoridade em planejamento urbano num país em que o planejamento urbano não existe, ou melhor não se implementa. É surreal, existem planos, mas não são implementados.

Outra observação inicial que quero fazer, tanto para quem vive na cidade do Rio Grande como em Pelotas, talvez eu faça uma exposição que está um pouco distante dos problemas que vocês vivem, não distante, mas talvez mais radical em relação aos problemas que vocês vivem já que vou me centrar em questões metropolitanas.

Farei referência a alguns aspectos teóricos, para depois tentar abordar o passado recente até a conjuntura atual das cidades brasileiras. Não vamos deixar de mencionar teoria e conceitos e nem deixar de falar da realidade que estamos vivendo.

Para começar vamos lembrar a condição das cidades periféricas no capitalismo global. Isso implica que falemos da cidade capitalista e da especificidade que ela apresenta na periferia do capitalismo apesar de ser o Brasil um país emergente, sexta economia do mundo, integrante dos BRICS³, etc. É a economia mais forte da América Latina, mas de qualquer forma, vamos afirmar as assimetrias que existem entre os países do mundo capitalista. Nesse contexto vamos localizar a crise urbana que se manifesta claramente a partir das manifestações de julho de 2013 localizando as raízes dessa crise no passado recente, nas décadas perdidas (anos 80 e 90) quando as metrópoles brasileiras bem como todo o território nacional sofrem o impacto da reestruturação produtiva do capitalismo ou globalização neoliberal.

Para iniciar essa exposição vamos lembrar que, antes de mais nada: a cidade é mercadoria. Bem tudo o que vemos nesta sala é mercadoria: caneta, roupa, óculos, sapatos, móveis... estamos num país capitalista em que a generalização da mercadoria toma conta das relações sociais. E isso não é banal. Acontece que cidade e todos os elementos que a compõem - edifício, poste, mobiliário urbano, toda a rede de infraestrutura, pontes viadutos, são mercadorias. Mas são mercadorias especiais. É muito importante fazer essa diferenciação porque você há capitais que entram na produção de tudo que a gente precisa para viver e capitais específicos que entram na produção da cidade. A maior parte dessa especificidade se dá pela ligação com o solo urbano. Essa ligação dá

¹ Palestra de abertura da 10ª edição do Ciclo de Palestras “Quintas Urbanas” promovido pelo Núcleo de Análises Urbanas do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da FURG. Transcrição inicial: geógrafa Leda V. Buonfiglio (bolsista PNPd no Programa de Pós-graduação em Geografia na FURG). Revisão da autora. Formatação e revisão final de César Martins e Susana Silva no Núcleo de Análises Urbanas da Universidade Federal do Rio Grande.

² Professora Titular Aposentada da Universidade de São Paulo; Endereço eletrônico: ermínia@usp.br.

³ Refere-se ao bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

à mercadoria edifício, que pode ter o uso habitacional, por exemplo, uma especificidade dentro do capitalismo.

Gosto de lembrar uma verificação empírica, fazer uma brincadeira com o público que é a seguinte: pensem que isso aqui é uma casa (um copo plástico), de dois quartos, um banheiro, cozinha, uma moradia popular enfim, e pensem qual é o preço dessa moradia se ela estiver localizada naquele conjunto habitacional que foi construído na entrada de uma cidade, como a periferia de Rio Grande. Então, ela está lá, num lugar da distante do tecido urbano contínuo (coloca o copo numa extremidade da mesa). Aqui está o centro da cidade (coloca a garrafa de água no centro da mesa) e essa casa está lá. Qual é o preço dela? Vocês não têm nem ideia? Pessoal! Não dá para estudar a cidade sem estudar valores, hein? Quanto custa? R\$ 120.000,00? Tudo isso? Agora ela está aqui (move o copo). Quanto custa? R\$ 400.000,00?! Então ela passou de quanto? De R\$120.000,00 pra R\$ 400.000,00 ou mais?! É a mesmíssima mercadoria! É isso? Vocês pensaram na mesmíssima casa?! No mesmo tamanho de terreno? Que mágica é essa gente? Que as coisas mudam de preço? Se eu for comprar uma mesma caneta lá e aqui pode ser que eu tenha uma diferença, mas certamente não vai ser tanta diferença. Então o que acontece com essa mercadoria especial? Ela tem um valor de acordo com a localização na cidade. E esse é o grande negócio da cidade. É que essa mercadoria parece captar valor de acordo com a localização. Isso se chama renda imobiliária. Existe um preço de localização.

O professor Flávio Villaça, analisa a questão com base nas considerações que Marx fez para a terra rural. Marx não analisou a renda da terra urbana. Dependendo de sua localização, a mercadoria moradia, por exemplo muda de preço. Isso se dá como uma mágica, ela pode elevar de preço pelas características de seu entorno entre outros atributos. Shopping centers, jardins, pavimentação, iluminação pública, oferta de serviços como varrição das ruas, coleta de lixo, são atributos que valorizam os imóveis e essa condição ocupa muito os teóricos. De onde vem essa riqueza que “cola” no preço da mercadoria?

Se vocês se detiverem em estudar e analisar a produção do espaço urbano, irão entender a maior parte dos problemas da cidade. Seguramente 90% dos problemas da cidade. Não entender, por exemplo a natureza da segregação urbana. A localização tem um preço. E só mora bem e tem direito à cidade quem pode pagar. O que é então o direito à cidade? Nos programas habitacionais o direito à cidade é traduzido como o direito à água, ao esgoto, à energia elétrica, etc. Não, não é só isso. Henri Lefebvre em várias obras, defende até do direito à “festa” representada pela vida urbana: os cafés, as praças, os jardins, etc. Isso tudo tem a ver com localização e seu preço. Existe uma luta surda pelas localizações na cidade e uma disputa acirrada pelo fundo público. Ela diz respeito ao investimento público que têm grande impacto sobre os preços imobiliários.

Entender a produção da cidade é importante para compreender também a desigualdade

urbana, o espraiamento na ocupação do solo (isso vocês conhecem bem, porque vocês estão em cidades bastante espraiadas horizontalmente); o urbanismo do espetáculo; os megaeventos (qual é o efeito que eles têm nessa disputa pela valorização?). A própria legislação também pode definir a valorização ou a desvalorização de imóveis. A crise de mobilidade tem a ver não apenas com o padrão do transporte, mas com o uso e a ocupação do solo numa cidade que é muito mais dispersa há muito mais dificuldade de mobilidade. A mobilidade é muito mais cara devido à especulação em relação à terra. Não vou me alongar sobre esses aspectos, pois esta análise esta no meu livro recente: Para Entender a Crise Urbana que vai guiar a exposição a seguir⁴.

Há outros aspectos dos quais não me ocuparei mas vale a pena chamar atenção s. Quais são os agentes que controlam a produção do espaço urbano. Quais as “mãos sobre a cidade”? Quais são as mãos que controlam o crescimento da cidade, a ocupação do solo, que controlam o investimento sobre a cidade? Quem são os promotores, construtores, financiadores, proprietários de terra? Qual é o papel do Estado sob a forma de poder local, estadual e nacional? É preciso conhece-los e mapeá-los em cada caso específico. Considero uma excelente pauta.

Infelizmente vivemos uma história de dominação cultural e intelectual: as lições são trazidas da Europa ou dos Estados Unidos para organizar as cidades do Brasil? Faz parte da nossa história “as ideias fora do lugar”.

Porém, há uma heterogeneidade estrutural entre os países: fomos subdesenvolvidos, em desenvolvimento, países de classe média, país do Sul, emergente, não interessa a nomenclatura o importante é buscar as especificidades que marcam a assimetria. O marco teórico desse capitalismo periférico é dado por vários autores que apenas irei lembrar: Francisco de Oliveira; Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado Florestan Fernandes, Roberto Schwarz entre outros. É muito importante entender que sociedades desiguais vão dar cidades desiguais e que a nossa história não é a história do capitalismo central. Pertencemos a um país de industrialização tardia com baixos salários, uma industrialização que se fez com baixos salários e portanto, a ela corresponde uma urbanização dos baixos salários. O que significa isso? Uma parte da população, principalmente a população trabalhadora, não ganha para comprar uma casa no mercado imobiliário formal capitalista, o salário não é suficiente então grande parte da classe trabalhadora brasileira constrói a própria casa nos fins de semana. É uma força de trabalho regular? É. Estou falando de quem tem carteira assinada; é trabalhador do setor formal mas mora informalmente. Em grande parte das metrópoles brasileiras, as terras são ocupadas ilegalmente, irregularmente e as casas são construídas sem código de obras, sem lei de parcelamento do solo e outros instrumentos. Temos no Brasil regras detalhadas, costumamos ser muito detalhistas, como um arcabouço legal sobre

⁴ MARICATO, E. Para entender a crise urbana. S.Paulo: Expressão Popular, 2015.

meio ambiente que é dos mais avançados do mundo. E também na área de urbanismo o quadro legal é avançado. O Estatuto da Cidade é festejado no mundo inteiro, uma lei muito avançada. Há a lei e não se aplica no Brasil.

Com regras detalhadas, um poderoso aparato legal, burocracia exagerada convive-se com o que? Com a radical flexibilidade na realidade da ocupação do solo. Como notou o Sérgio Buarque de Holanda em suas obras, um discurso longe da realidade, uma formação livresca e há áreas da Geografia que exageram um pouco na formação livresca. Mas também tenho muitas críticas aos urbanistas!

Sergio Buarque de Hollanda, Raimundo Faoro, além dos autores compõem uma bibliografia que deveria ser obrigatória na universidade brasileira. Eles mostram o que acontece no capitalismo no contexto patrimonialista; a privatização do Estado; leis avançadas que não são aplicadas ou são aplicados de acordo com as circunstâncias. É a universalização da política do favor. É a distância entre discurso e prática: tradição livresca e distanciamento da realidade. São os autores brasileiros que mostram nossas contradições e de onde elas vieram.

Tomarei como exemplo algumas realidades do município de São Paulo. Em bairros da zona Norte de São Paulo as fotos aéreas indicam uma aparente desordem, mas dá para perceber que existe um loteamento. Houve um traçado que orientou a ocupação. Por que percebo que teve um desenho anterior? Porque jamais numa ocupação espontânea haveria uma regularidade de linhas que seguem as curvas de nível. Mas há favelas em alguns trechos. São ocupações menos organizadas. De qualquer forma tudo isso aqui, seja favela, seja loteamento ilegal, faz parte desse processo de construção da cidade que é próprio de um país que não é do capitalismo central. O que significa? É uma força de trabalho barata que constrói na periferia suas próprias moradias, sem lei, nos fins de semana. Parte da reprodução da força de trabalho, a moradia, é retirada do salário. Por isso dizemos que se trata de um país de industrialização de baixos salários à qual corresponde a urbanização de baixos salários. Quanto por cento da cidade tem essa característica de ser construída pelas mãos dos moradores? Varia muito. Seguramente no Sul menos do que no Norte e Nordeste. Não temos dados muito rigorosos, mas, por exemplo, Belém, com certeza, passa de 60 por cento de moradia ilegal; Fortaleza mais ou menos 40 por cento; Recife, São Luís mais do que isso. Eu me lembro de ter visto um levantamento de Porto Alegre, há uns 10, 15 anos atrás que a quantidade era 12 por cento mais ou menos. Isso no município sede da Região Metropolitana porque nos municípios periféricos a proporção é muito maior.

Qual o significado desse processo? Significa que o Estado não tem controle sobre uso e ocupação do solo mas significa também que o urbanismo formal, esses das leis do parcelamento do solo, dos planos diretores, desconhecem muito essa realidade. Às vezes o plano diretor nem desconhece, mas a lei de zoneamento, com certeza, desconhece. Ou seja, trabalhamos com um

modelo das “ideias fora do lugar”. Trabalhamos sempre com aquele modelo que vem que vem de um país mais avançado.

Uma outra forma presente nas cidades brasileiras é a típica favela de palafitas em área de mangue como na Baixada Santista. As áreas de mangues são áreas protegidas por lei federal, áreas incubadoras da vida marinha, mas, quem está interessado nisso? Há mangues ocupados em litorais de todo o Brasil. Nesse lugar essas pessoas podem ficar. Agora se elas ocuparem ilegalmente do jeito que ocuparam essa área, um imóvel vazio no centro da cidade, o que acontece? Serão expulsas! Porque não é a lei, norma jurídica, que conduz o controle do uso e ocupação do espaço, é lei de mercado, porque terra ou imóvel no centro da cidade tem valor de mercado e no mangue não tem. Não é difícil mostrar que é mais importante proteger uma área de mangue do que proteger um imóvel vazio no centro da cidade que aliás não está cumprindo sua função social.

Quais são as raízes recentes da crise urbana? O Brasil se urbanizou no século XX muito rapidamente. Do ponto de vista econômico o país cresceu muito de 1940 a 1980 (mais de 7% a.a.), mantendo a desigualdade social. As multidões que vinham para as cidades, durante esse período, de alguma forma puderam se beneficiar das migalhas caídas do banquete mantido pelo alto crescimento econômico. A vinda dessa população do campo para a cidade, por pior que fosse a condição na cidade, era melhor que no campo: a mortalidade infantil diminuiu muito; a expectativa de vida aumentou; a escolaridade aumentou, tudo isso tem muito a ver com processo de urbanização. O número de filhos por mulher em idade fértil diminuiu: as mulheres se informaram mais na cidade. As periferias foram se formando nesse período. Acontece que a reestruturação produtiva, ou globalização, atinge o país impactando herança colonial. O que significa isso? Significa que a globalização, dominada pelo ideário neoliberal atinge uma realidade que não era plenamente moderna: conter investimentos em políticas sociais, privatização de serviços públicos; desregulamentação de algo que não era muito regulamentado; conter o investimento em serviço público num contexto que o serviço público não era universalizado; num contexto que a previdência não era universal. É muito diferente o neoliberalismo chegar na Inglaterra ou o neoliberalismo chegar no Brasil, é muito diferente! Então vivemos duas “décadas perdidas”: 80 e 90. Num país desigual crescer 7% a.a. é muito diferente de um país desigual crescer a menos de um por cento ao ano, por isso chamamos aqui, essas décadas de perdidas. Isso teve um profundo impacto sobre a produção do ambiente construído.

A globalização neoliberal trouxe também uma forma de uso e ocupação do espaço. Há muitos autores que tratam disso com várias expressões como *gated communities*, fragmentação, dispersão, urbanização do arquipélago. Este não é o foco da análise, mas fixarei num quadro mais geral: a inserção do Brasil na economia globalizada.

O Brasil se transforma num país exportador de *commodities* como grãos, carnes, celulose,

minério e etanol. Foi desenvolvida no país uma agricultura muito dinâmica que mudou o território nacional e mudou também o processo de urbanização. Veja: as cidades do Norte e do Centro-Oeste passaram a crescer a taxas mais altas; as cidades de porte médio passaram a crescer mais do que as metrópoles. Há um trabalho da Lena Lavinias que mostra que, inclusive em relação ao produto interno bruto, as cidades de porte médio cresceram mais que a média brasileira. Ocorreu uma interiorização do processo de urbanização impulsionado por essa agricultura dinâmica. O oeste da Bahia; o sul do Piauí, parte do Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são áreas que mudaram muito. O território brasileiro mudou a partir da globalização. A cidade e o campo foram revolucionados pelas exigências do capitalismo internacional.

Nas cidades, as fórmulas urbanísticas disseminadas pelo neoliberalismo a transformarem em um grande negócio: privatizações, desregulamentações, cidade empreendedora, competição entre cidades. Alguns trouxeram para a América Latina uma fórmula para salvar as cidades: o plano estratégico, as parcerias público-privadas, as operações urbanas.

A cidade pode ser vista então como palco das relações sociais ou palco dos negócios, mas ela pode ser vista como o próprio negócio ou mercadoria. Há uma diferença entre ser suporte, palco onde as coisas acontecem ou objeto central do processo de acumulação.

O que aconteceu durante ocorreu no período das décadas perdidas? O Brasil andou meio na contramão do que acontecia nos países do primeiro mundo. O Perry Anderson tem um artigo sobre a regressão dos partidos sociais-democratas. Eles andaram para trás, recuaram de suas posturas avançadas. No Brasil, em oposição à tendência global de declínio das esquerdas, novos atores construíram um campo democrático contra a ditadura. No livro “O Impasse da Política Urbana no Brasil” há um capítulo que trata desse avanço político das forças sociais. A academia foi muito importante porque os trabalhos acadêmicos mostram a cidade real e mostram como os trabalhadores vivem. Por que isso é importante? Porque a sociedade capitalista se alimenta sempre do simulacro da realidade, de uma representação ideológica da realidade. A representação ideológica da realidade, da cidade é o cartão postal, então a periferia é desconhecida. Ninguém imagina que a periferia possa ser tão grande ou que o número de moradores de favela, por exemplo, em cidades como Salvador, Recife, Fortaleza seja tão gigantesco, porque isso destrói muito dos alibis de política urbana se trabalharmos com os números efetivos. Então a Academia teve um papel importante, as prefeituras também tiveram um destaque: governos locais inovadores e democráticos. Havia ainda os novos movimentos sociais e sindicais; novos partidos, novas centrais sindicais, novas leis. Estas inovações põem ser localizadas principalmente em meados dos anos de 1980 e depois a maior parte dessas políticas se desenvolveram durante os anos 1980 e 1990. Ficou muito conhecido, e há toda uma bibliografia a respeito, “o modo petista de governar”. A cidade autoconstruída, previamente esquecida pelos governos e urbanistas e tornou-se prioridade.

Neste período tive a experiência de Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do governo de Luiza Erundina no município de São Paulo entre 1989 e 1991. Discutíamos muito como inovar a gestão para inverter prioridades e focar nas áreas degradadas na urbanização de favela, nas áreas de riscos de enchentes, desmoronamento, epidemias, etc. Trabalhamos pela construção de novas moradias de modo participativo e pelo direito à arquitetura. Muitos escritórios técnicos de arquitetos, engenheiros e advogados se formaram para dar assessoria aos momentos sociais. Conquistamos novas leis visando a justiça urbana, inovações em projetos e obras de infraestrutura urbana. A iniciativa desse período que mais ganhou prestígio no mundo todo foi o Orçamento Participativo praticado em Porto Alegre.

Ocorreram avanços em alguns aspectos na periferia urbana tentando requalificar as condições de vida. Como em conjuntos habitacionais construídos com muita participação social e qualidade arquitetônica. Considero o projeto o mais importante de requalificação da periferia pobre: o CEU (Centro de Educação Unificado), na cidade de São Paulo. É como se você colocasse uma nave espacial dentro daquele território: um edifício de boa arquitetura, bem equipado, que permite que a moçada que vive aqui, que é vítima da polícia, principalmente adolescentes negros em São Paulo que são mortos de forma impressionantemente insensível. No CEU as crianças e os jovens tinham natação, aulas de teatro, de cinema pessoal muito qualificado. Aqui está uma proposta que entendo até mais importante que a moradia, pois forma pessoas. Para formar as crianças, e adolescentes que vivem num exílio no bairro. O “exílio na periferia” como afirmou Milton Santos. O exílio é maior, pois não há transportes eficientes e baratos. Então, as pessoas vivem imobilizadas dentro dos seus bairros pobres do ponto de vista de equipamentos coletivos e de serviços coletivos.

A referência é que tudo foi feito durante o período de vacas magras, o que é interessante! No período que nos haviam recursos, no governo do Fernando Henrique Cardoso, não existiam recursos, o Fundo Monetário Internacional (FMI) ficava com as quatro patas em cima do Brasil controlando os orçamentos.

O movimento de Reforma Urbana alcançou progressos significativos: o Estatuto da Cidade; a criação do Ministério das Cidades; as Conferências Nacionais das Cidades; o Programa Nacional de Regularização Fundiária; o Conselho Nacional das Cidades; a Lei de Consórcios Públicos; o Plano Diretor Participativo. Após isso, ainda foram construídos: a Lei do Saneamento, a Lei da Mobilidade Urbana; a Lei sobre os Resíduos Sólidos. Ou seja, é lei para ninguém botar defeito, um arcabouço legal novo!

Logo em seguida, em 2007 vem a retomada dos investimentos com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Nas cidades o PAC trouxe infraestrutura para urbanização de áreas degradadas e o programa de saneamento. Em 2009 foi instituído o Programa Minha casa, Minha

Vida e o PAC 2. O Estado retoma finalmente o investimento sobre o território e sobre as cidades. E o que aconteceu?

Com a retomada dos investimentos ocorreu a perda de qualquer controle social sobre o espaço urbano. Os capitais tomaram conta da cidade. *Follow the money!* Para entender quem é que controla a cidade: siga o dinheiro. Nunca antes, no Brasil, houve tanto recurso de subsídio para moradia social além do novo quadro legal e novas instituições. Acima de tudo o investimento voltou, depois de quase 30 anos.

“Nunca fomos tão participativos”, esse é o título de um texto que está no meu livro “O impasse da política urbana”⁵. Foi com esse título que falei no Conselho das Cidades, em 2007. Ali eu comecei a enxergar que estava vindo pela frente. Tínhamos mais de 20.000 conselhos com participação social em níveis municipal, estadual e federal.

Um novo projeto desenvolvimentista (ou neo desenvolvimentista) garantiu a mais baixa taxa de desemprego da história recente: subsídios para habitação social; retomada no investimento de habitação e saneamento, incentivos à indústria automobilística (desonerações fiscais) e à construção civil. O Governo Federal tentava fazer frente à crise internacional. Tome-se como exemplo, o investimento privado em habitação: em 2002 R\$ 1,8 bilhão, em 2011 quase R\$ 80 bilhões. É muito dinheiro. Os processos que o financiamento privado passou para chegar a esse patamar estão descritos na literatura recente.

Aqui está o paradoxo: passamos 20 anos pedindo investimento para as políticas urbanas e quando eles vêm, o que acontece? Os preços dos imóveis no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte cresceram mais de 200 por cento o metro quadrado. O capital imobiliário e o capital de construção tomam comando sobre as cidades e sobre evidentemente o solo urbano. Essa valorização vem de toda a sociedade, é toda a sociedade que produz essa riqueza. Estamos cansados de ver prefeitos e as próprias lideranças empresariais acharem que valorização imobiliária é progresso! Não é não gente! Valorização imobiliária é uma forma de empobrecimento da cidade porque é somente para alguns.

E o que acontece a partir desta data? Despejos violentos de favelas e a periferia pobre avançando para novas fronteiras. A segregação é reafirmada. Com dados de algumas capitais, posso afirmar que o espraiamento urbano aumentou. E por quê? Porque o aluguel subiu e muita gente foi expulsa da cidade, para fora da cidade. Incêndio em favelas virou rotina durante um certo período de especulação imobiliária em São Paulo como na Favela do Moinho que fica sobre um eixo previsto para uma megaoperação urbana. Há até um blog: “fogo no barraco”. Há inclusive tese de doutorado sobre a relação entre fogo na favela e o valor do metro quadrado em cada região.

⁵ MARICATO, E. Impasses da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

Claro que favela pega fogo de vez em quando por causa das condições precárias, das instalações, mas não sempre e nem sempre em áreas valorizadas.

Os incentivos à indústria automobilística (desoneração de impostos) também permitiram manter o desemprego baixo, mas as cidades pagaram um alto preço. Dobramos o número de carros, em 10 anos nas cidades brasileiras e triplicamos o número de motos. O incentivo foi tão eficiente que o acesso ao automóvel se ampliou muito. E o que aconteceu? O boom automobilístico. O tempo de viagem média em São Paulo é de mais de duas horas. Mais de 70 por cento do emprego está na capital e grande parte dos trabalhadores, principalmente as empregadas domésticas, saem de fora da capital (mais de 30 por cento dos chefes de família são mulheres na Região Metropolitana de São Paulo). A condição dessas mulheres é comovente, pois passam uma parte do ano dentro dos transportes, pagando caro e perdendo o tempo que não dedicam a seus filhos.

O professor Paulo Saldiva da Universidade de São Paulo em suas pesquisas, demonstrou que em São Paulo houve uma diminuição da expectativa de vida de um ano e meio por causa da poluição do ar. Além disso, as mortes no trânsito apresentam números de guerra civil: 46 mil em 2013 em todo Brasil. O Ministério da Saúde contabiliza e isso custa muito caro para a sociedade brasileira. Enquanto isso, 30% das viagens são feitas a pé. Quem quiser dados sobre isso entra no site da ANTP (Associação Nacional de Transporte Público) que é muito bom, vai ver lá um levantamento com cidades com mais de 60 mil habitantes. Isso comprova o que é o exílio na periferia porque se eu fizer viagem a pé num bairro onde tudo está perto, é uma coisa. Em bairros precariamente urbanizados é outra.

Então, como ficou a utopia da reforma urbana? Apesar da retomada dos investimentos no saneamento e habitação, apesar da melhoria na distribuição de renda, apesar da febre participativa decorrente da criação de mais de 20.000 conselhos participativos, o impasse da política urbana persiste decorrente especialmente da manutenção persistente do padrão fundiário e da mobilidade excludente. Essas condições estão juntas: o uso e ocupação do solo e a mobilidade. É óbvio. Porque se você tiver um controle do uso e da ocupação do solo, se ele for menos mercadoria, é possível colocar as pessoas mais concentradas. É possível trabalhar com distância dos equipamentos, mas não no reino da especulação.

É possível falar em terror motorizado somado à especulação imobiliária: mais do que nunca a cidade é dominada pelas forças do capital em associação com a grande mídia e em relação com o financiamento de campanhas eleitorais.

A centralidade da terra e a função social da propriedade na Reforma Urbana foi esquecida, os movimentos sociais foram engolidos pela institucionalidade. Há leis, planos, experiência e conhecimento. Agora temos lei até para região metropolitana. Falta aplicar! Distribuição de renda não resolve o problema da justiça urbana, é preciso distribuir cidade! Faz sentido distribuir cidade?

O mal-estar explodiu em junho de 2013. Escrevi um artigo em março de 2013, na Carta Maior, chamava: "Cidades no Brasil: sair da perplexidade e passar à ação". Para quem vive as cidades brasileiras era evidente que o mal-estar era muito forte. Houve uma surpresa geral, mas não para quem estava acompanhando. Eu tinha vindo de Florianópolis para a abertura do ano universitário, do Recife através de um convite do Sindicato de Engenheiros e era evidente que em todo o lugar havia uma perplexidade com o trânsito, com o que o capital imobiliário estava fazendo na cidade; com as discussões sobre o plano diretor. Houve um conflito com manifestantes na Câmara Municipal de Florianópolis. Ocorreu uma ocupação de três dias e três noites na Câmara Municipal de São Paulo quando da provação do plano diretor.

Então quais eram as explicações que foram dadas para essa mobilização? Muita gente afirmou que a emergente classe média quer mais, então ela se manifestou; outros, que as manifestações se deveram à crise na representação política, ninguém se acha representado pelos sindicatos, partidos e movimentos identificados pelo Estado; não faltaram explicações sobre a crise na "repressão legítima" da política de segurança em colapso. Daí, elaboramos a ideia da crise urbana porque estava evidente a disputa entre a reprodução do capital e a reprodução da força de trabalho. Claro, a partir de junho de 2013, a direita saiu do armário e foi dado início para um novo ciclo político no Brasil.

O que interessa chamar atenção aqui é que chegamos num vazio de participação social independente e ele foi preenchido de algum modo. "Nunca fomos tão participativos" é a ideia de as forças sociais, antes vivas, agora estão no aparelho de Estado. Dentre as novas forças vivas que surgiram há de tudo mas interessa destacar uma geração de jovens que promovem novos movimentos. No dia 13 e dias subsequentes houve uma explosão. Mas esses novos movimentos não nasceram ali. Eles estavam aflorando em várias cidades e apresentam algumas características que têm ocupado estudiosos e ativistas: organizam-se em redes, sem hierarquia, são diversificados, boa parte deles é ligada à cultura e à arte, enfim, há algo de novo em suas práticas.

As vitórias que se seguiram ao mês de junho de 2013 também não foram pouco significativas: o transporte coletivo (e não motorizado) entrou na agenda nacional; houve o cancelamento do aumento de tarifas do transporte público em mais de cem cidades, o que é excepcional; houve uma mudança muito grande na privatização do Maracanã; em São Paulo conseguimos cancelar um túnel que fazia parte de uma Operação Urbana cujo custo seria de R\$ 1,5 bilhões e não permitiria o tráfego de ônibus ou bicicleta. Essa última vitória se deu com a ajuda de um abaixo assinado de professores universitários. Com essa ajuda ainda (de professores universitários) e do movimento ambientalista conseguimos também excluir da agenda (pelo menos por enquanto) um aeroporto privado em Área de Proteção dos Mananciais em São Paulo.

Junho de 2013 foi uma senha para uma disputa que se estabeleceu na sociedade brasileira

que vive uma conjuntura muito complexa. O “poder do atraso” nos amedronta, mas, felizmente, existe algo que se renova. É preciso ter olhos para ver. Não acredito numa construção de curto prazo, mas acredito nessa construção.

